

# A campanha da CONTEE

A luta da CONTEE em defesa da educação pública, contra a mercantilização do ensino e pela necessidade urgente de regulamentação do setor privado é histórica. Como embrião da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, em novembro de 2006, a CONTEE lançou um Manifesto, assinado em conjunto com diversas entidades do movimento social e sindical, em que já denunciava o início do processo de desnacionalização da educação e a venda ao capital internacional de várias Instituições de educação superior no Brasil.

## UMA LUTA HISTÓRICA

Assinado pela CONTEE, juntamente com a CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação), UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e da CUT (Central Única de Trabalhadores), o manifesto afirmava ser “inaceitável a ingerência do capital internacional nos assuntos educacionais de nosso país. Nós não aceitaremos que a educação se transforme em uma mercadoria a ser negociada na Organização Mundial do Comércio”.

Com o início do segundo mandato do presidente Lula, novamente a CONTEE veio a público, desta vez divulgando uma Carta Aberta a Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de um informe publicitário publicado em janeiro de 2007 na Revista Carta Capital. O documento alertava para a necessidade de regulamentação do setor privado de ensino, impedindo a disseminação do conceito mercadológico por falta de regras e contrapartidas exigidas pelo Estado, a fim de preservar a soberania do país e nossa produção de conhecimento.

A Carta denunciou mais uma vez a venda de Instituições de educação superior privadas para empresas internacionais. Na ocasião, a CONTEE lembrou ainda ao Presidente Lula que “o setor empresarial da educação é um dos setores

da economia que, por sua desregulamentação, desrespeita sistematicamente as leis trabalhistas e previdenciárias, que possui grande inadimplência das obrigações fiscais e que age de forma autoritária, colocando os interesses mercantilistas à frente dos educacionais, considerando alunos como clientes e professores e funcionários como empregados a serviço de seus lucros”.

Com o lançamento oficial da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, em abril de 2007, a CONTEE intensificou a discussão sobre o tema, produzindo muitos artigos, desenvolvendo debates e propondo a reflexão dos brasileiros sobre a grave realidade do setor privado de ensino, hoje totalmente livre para a exploração do capital, a ingerência internacional e o desrespeito à legislação e à toda a nação brasileira.

Após o lançamento, a CONTEE iniciou a divulgação do primeiro vídeo institucional da Campanha, com 35 segundos, que denuncia a mercantilização da educação. Desde então, o vídeo está disponível na Internet (no Portal da CONTEE e no site Youtube) e também foi exibido em salas de cinema de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

Em maio de 2007, a Campanha foi apresentada oficialmente ao ministro da Educação Fernando Haddad.

Durante a audiência com o ministro, a direção da CONTEE teve a oportunidade de colocar uma série de informações sobre o processo acelerado de aquisições de Instituições brasileiras de ensino superior por grupos estrangeiros e investidores nacionais. Na ocasião, como resposta às solicitações, o ministro afirmou que tais questões eram também uma preocupação do MEC. Disse ainda que o grave problema da mercantilização da educação exige um posicionamento do Governo, assumindo, então, o compromisso de pautar a questão com o presidente Lula.

### **Segunda fase: desnacionalização**

No segundo semestre de 2007, a Campanha entrou em sua segunda fase, com o lançamento de novos materiais gráficos e um tema prioritário: o combate à desnacionalização da educação. Com a expansão de tal processo e a abertura de capital de diversas Instituições privadas de ensino superior, o objetivo a partir daquele momento foi potencializar as ações da Campanha na reivindicação de medidas concretas e imediatas por parte do governo federal para conter este processo.

A primeira peça publicitária da nova fase ressaltava a arbitrariedade do processo perverso que transforma